

ESTADO, NAÇÃO, SERTÃO: PODER E CONFLITOS POLÍTICOS NO ALTO SERTÃO DA BAHIA NO OITOCENTOS

Maria Aparecida Silva de Sousa¹

Resumo

A comunicação apresenta os estudos preliminares sobre a conformação do Estado Imperial do Brasil nos sertões da Bahia, mais precisamente, na região denominada por Alto Sertão (Rio de Contas e Caetité). Parte-se do pressuposto que a dinâmica política nessa área fornece novos e importantes elementos para a compreensão do complexo processo de estruturação do Estado e da nação brasileiros no decorrer do Oitocentos possibilitando dimensionar os mecanismos pelos quais as classes dirigentes buscaram ordenar as populações sertanejas, ao mesmo tempo em que conflitos de natureza variada foram potencializados. Busca-se, desse modo, ampliar os estudos sobre a instabilidade política na província baiana, assim como as articulações promovidas pelas classes dirigentes para assegurar a consolidação do Estado nos territórios distantes dos centros de poder.

Palavras-chave: Nação, Sertão, Conflitos políticos.

Os estudos sobre a desagregação do Antigo Regime na América portuguesa têm tido consideráveis avanços nos últimos anos. Do mesmo modo, o conhecimento sobre as dimensões políticas da História do Brasil no período imperial tem se revigorado a partir de novas problemáticas acerca do complexo processo de consolidação do Estado em meio às diversidades regionais e distintas formas de manifestação do poder. Na esteira de um debate mais amplo sobre a questão nacional, revigorado pelos acontecimentos mundiais das últimas décadas do século XX, essas investigações, com base em novas proposições teóricas e metodológicas, possibilitam revelar os intricados nexos dos diferentes projetos políticos que envolveram a emergência do Estado e da nação brasileiros, ampliando abordagens clássicas da historiografia sobre o tema ao mesmo tempo em que reabre novas possibilidades de investigação². Não restam dúvidas que, vistos em conjunto, estes estudos têm possibilitado ampliar a compreensão sobre o tortuoso processo de Independência do Brasil e a construção de um Império em solo americano cujas demandas apresentavam de difícil solução. Em outras palavras, se as articulações políticas empreendidas pelas elites nas diversas partes do território americano tinham possibilitado o encaminhamento da crise do Império português, os esforços para a construção de uma nova nação exigiriam novas acomodações nas quais o papel a ser desempenhado pelas

províncias seria fundamental³. Ademais, os variados conflitos políticos manifestados no decorrer do processo de Independência, sobretudo nas antigas capitanias do Norte, expressaram as dificuldades internas para se assegurar a tão pretendida estabilidade política. Não à toa, a primeira metade do século XIX foi permeada por violentas agitações exigindo do Estado imperial intensas medidas repressivas e de negociação com as elites locais. No caso específico da Bahia, é possível observar a maturidade das pesquisas que tratam das alterações políticas verificadas na província nos primeiros anos do pós-Independência que denotam o grau de instabilidade vivenciado pelas autoridades locais dando seguimento a estudos anteriores ao mesmo tempo em que reabrem pontos importantes para o entendimento do período.⁴ Entretanto, constata-se que, salvo algumas exceções, a capital – Salvador – e o Recôncavo permanecem como as áreas privilegiadas de boa parte desses estudos. Esta lacuna historiográfica remete para a necessidade de redimensionamento das articulações estruturais da província da Bahia, abrangendo as áreas sertanejas, de modo a ampliar a compreensão sobre a configuração sócio-política da província no decorrer do Oitocentos o que, de resto, envolve um longo caminho a ser percorrido pelo historiador interessado no processo de consolidação do Estado Imperial para além das áreas centrais de poder.

A crise de desagregação do Antigo Regime na América portuguesa produziu na Bahia, assim como em outras regiões, importantes alterações políticas que, se por um lado, possibilitou a participação política de amplos setores da população, por outro, exigiu das classes dirigentes articulações com vistas à conformação de uma nova estrutura de poder. De fato, a extensão dos conflitos e a diversidade dos projetos políticos manifestados por parte dos habitantes, notadamente os proprietários de engenhos, terras e escravos, comerciantes, militares e profissionais liberais evidenciam que a situação política da província encontrava-se indefinida e a instabilidade foi uma constante no decorrer dos anos 1821-1823⁵. A rigor, a aliança orquestrada com o herdeiro da dinastia bragantina, d. Pedro I, permitiu que uma alternativa possível à crise fosse encaminhada o que, na prática, não resultou em resolução dos conflitos internos. Pelo contrário, a primeira metade do século XIX em território baiano foi marcada por um forte cenário de tensões, conflitos e incertezas, no qual a revolta dos malês (1835) e a Sabinada (1837-1838) constituem o ápice dessa instabilidade. Ademais, mesmo o período considerado como estável, após estes conflitos, tem sido apontado como de

intranquilidade permanente a exigir dos governantes vigilância frequente e medidas de controle eficazes sobre a população⁶.

No que se refere às movimentações no período do constitucionalismo, vale ressaltar que as áreas centrais da província – Salvador e o Recôncavo – não foram os únicos palcos de movimentação política. Estudos mais amplos sobre a dinâmica política dos sertões baianos nesse período ainda estão para ser realizados. No entanto, no que se refere ao Alto Sertão da Bahia, as vilas de Caetité e Rio de Contas, foram protagonistas de experiências políticas que esgarçaram os conflitos e as divergências seja entre os habitantes locais, seja entre as vilas e o Conselho Interino instalado em Cachoeira, em agosto de 1822, com vistas à mobilização da população do interior da província contra as tropas portuguesas que ocupavam a capital. Nessas vilas, a intensificação da atividade política pode ser dimensionada pela mobilização da população local junto aos órgãos camarários. Curioso é que em alguns lugares os residentes não apenas dilataram a sua participação nessas instituições, como também decidiram instalar suas próprias Juntas de Governo apontando para uma forma de organização política mais condizente com as alterações do período. Em Rio de Contas, por exemplo, em 14 de agosto de 1822, depois da manifestação de mais de “quinhentos homens armados”, decidiu-se pela aclamação de d. Pedro e a instalação de uma Junta Temporária. Embora os seus membros informassem ao Conselho Interino dois meses depois que reconheciam a sua autoridade e desejavam cooperar para restaurarem a província, a iniciativa não obteve a aprovação do governo de Cachoeira. A fragmentação do poder, que não ocorreu apenas em Rio de Contas, resultou em fortes divergências com o Conselho Interino que, por diversas vezes, condenou veementemente a “multiplicidade de governos parciais”, vista como um empecilho para efetivar a sua centralização. Importante destacar que a Junta Temporária de Rio de Contas estabeleceu-se algum tempo depois da Junta Interina, Conciliatória e de Defesa criada em Cachoeira (26 de junho), com uma perspectiva ainda restrita de atuação, e antes mesmo da instalação do Conselho Interino de Governo nessa mesma vila (6 de setembro), evidenciando que o quadro de tensão política espraiava-se para além dos marcos da capital e do Recôncavo baianos⁷.

Para tentar coibir a ação das vilas sertanejas, o Conselho recorreu a d. Pedro, por intermédio de seu ministro José Bonifácio de Andrada e Silva, para que chamasse “à ordem as vilas do Rio de Contas e Caetité que fazem economia separada da família

provincial e se têm subtraído a autoridade deste Conselho Interino conservando seus governos”, além de reconhecer que outras vilas organizaram governos semelhantes.⁸ Naquela conturbada conjuntura, o governo provisório de Cachoeira não apenas teria que se confrontar com as decisões da Junta Provisional de Salvador, em meio a uma guerra civil, como também lidar com a autonomia política reivindicada por alguns núcleos interioranos. Em função disso, o Conselho não somente teria rejeitado o nome do deputado eleito por Rio de Contas para integrar o governo provisório, o capitão José Valentim de Souza, alegando que fora “eleito pelos membros da Junta Conciliatória do distrito, e não pela câmara e homens bons da vila e do termo”, como também determinado a prisão dos membros daquele governo. Apesar das medidas reguladoras do Conselho, os conflitos internos nessas vilas, particularmente, revelaram uma complexa situação de instabilidade política de difícil controle por parte das autoridades mesmo após o fim do conflito militar.⁹

A documentação produzida nesse período indica que a ocupação dos espaços públicos por indivíduos cujas razões para o envolvimento nem sempre poderiam ser coincidentes era motivo frequente de preocupação e isto tornou-se ainda mais significativo com a ampliação desse envolvimento para outros lugares distantes da capital e do Recôncavo. Em 13 de março de 1823, por exemplo, o Conselho Interino comunicou ao ouvidor de Jacobina para que os nomes e opiniões públicas dos juizes e vereadores possuidores de má fama fossem apontados criteriosamente advertindo que “as sessões populares não são as próprias para decifrar sobre a conduta de cidadãos sujeitos ao ódio, amizade e a qualquer paixão”.¹⁰ Ao referirem-se à fermentação política ou combaterem os perigos da “anarquia”, dos “partidos” e dos “perturbadores do sossego público”, as autoridades locais deixavam explícito que a dilatação da inserção política possuía um dimensionamento que não deveria ser menosprezada.

E não era à toa que as áreas sertanejas demandavam preocupação. Ainda que a mineração tivesse perdido a sua primazia e apesar das atividades econômicas desenvolvidas no interior da capitania baiana durante as primeiras décadas do século XIX, os sertões não se desvincilharam da imagem de terra inóspita presente nos registros desde a chegada dos primeiros colonizadores¹¹. Os alertas sobre os perigos que rondavam àquelas terras eram frequentes a ponto de se incorporarem ao cotidiano tanto dos sertanejos quanto dos tropeiros que regularmente transitavam pela região.

Um dos recursos utilizados pela Coroa portuguesa para disciplinar e esquadrihar as populações era a criação das vilas. Não por acaso, em 1777, o governo da Bahia ordenou ao ouvidor de Porto Seguro que se criassem vilas e povoações de seis em seis léguas, “em vista da necessidade de comunicar-se a Bahia com o Rio de Janeiro, por via terrestre, e porque os avisos correm em grande risco na travessia deserta desde a última vila até o rio Doce e daí até a primeira vila do Espírito Santo”¹². Em fins desse século, a sugestão de d. Fernando José de Portugal a d. Rodrigo de Sousa Coutinho era a criação de um juiz de fora na vila de Rio de Contas, “por ser a mais povoada daquela comarca e a mais interessante pela lavoura do algodão e seu comércio”. Ao mesmo tempo comunicava a sua decisão em criar uma vila no arraial da Tapera, comarca de Jacobina, autorizado que estava pela carta régia de 22 de julho de 1766, a qual determinava que “por causa dos insultos que nos sertões nesta Capitania cometiam os vadios facinorosos, que todos os homens que nele se achassem vagabundos ou em sítios volantes, fossem logo obrigados a escolherem lugares acomodados para viverem juntos em povoações civis que pelo menos tenham de 50 fogos para cima, com juiz ordinário, vereadores e procurador do conselho [...]”¹³. Pela intensificação das denúncias de violência e intranquilidade nos sertões da Bahia, a situação parece ter se agravado anos depois dessa recomendação.

A fundação de vilas ou cidades na América portuguesa implicava na instalação da câmara municipal responsável pelo desempenho de funções político-administrativas, judiciais, fazendárias e de polícia. A organização do governo e da administração local pautava-se pelas mesmas leis metropolitanas que, entre outras regulamentações, determinava a escolha dos representantes do poder camarário entre os “homens bons” da urbe, aqueles indivíduos revestidos de condição nobiliárquica e que possuíssem bens de raiz. Mesmo considerando diferenças de riqueza, parece evidente que os homens aptos a ocuparem os “cargos da governança” possuíam determinados atributos que os distinguiam dos demais habitantes das municipalidades. Ainda assim, é preciso levar em consideração a profunda diversidade econômica, espacial, populacional entre as várias regiões que certamente influía na caracterização dos grupos dirigentes locais. A despeito dessas especificidades, a rigor, os órgãos camarários constituíram um instrumento importante de interlocução das populações locais com o poder central e de intervenção na sociedade.¹⁴ Por meio da correspondência entre as autoridades das vilas interioranas e os governadores da Bahia não é difícil perceber que uma das queixas

recorrentes, nas primeiras décadas do Oitocentos, era o crescente *desassossego* dos moradores em virtude de ataques promovidos por grupos ou indivíduos errantes¹⁵.

O deslocamento dessas populações era problema antigo a exigir solução das autoridades. Luis dos Santos Vilhena demonstrou enorme preocupação com esse contingente ocioso que vagava não apenas pelos sertões da capitania, como também pelo meio urbano. Seus escritos, em fins do século XVIII, além de apontar os prejuízos que os “vadios” poderiam causar ao equilíbrio colonial, apresentavam formas de resolução do problema em benefício da metrópole, tendo em vista que não estava interessado no rompimento do pacto. Assim, sugeriu o povoamento das amplas áreas vazias do interior da colônia americana, bem como propôs a criação de uma “lei agrária”, uma forma de repartição das sesmarias em pequenos lotes distribuídos entre os habitantes que se encontravam à margem da produção. Por fim, a riqueza produzida seria incorporada ao fluxo do comércio português, complementando os sustentáculos necessários à preservação do sistema¹⁶.

Na descrição de Thomas Lindley, cinco anos antes da chegada do regente, a mendicância era um dado incontornável da capitania: “Quer a cidade, quer o campo, vivem infestados de mendigos, num quadro de miséria real ou fingida que se oferece a cada instante”¹⁷. Ao que parece, essa situação realmente se intensificou a partir da retração econômica das áreas que anteriormente desempenharam papel de destaque no cenário econômico da capitania, a exemplo das vilas de Rio de Contas e Jacobina. O fim da exploração aurífera nessas localidades sertanejas, assim como nas Minas Gerais, provocou enorme impacto nas populações que se dedicavam ao trabalho de extração do minério ou em atividades secundárias relacionadas ao abastecimento. De outro modo, como entender o destino de numerosas pessoas que se viram destituídas das possibilidades de sobrevivência com a decadência das minas ou mesmo em períodos de crise sobretudo nas áreas distantes dos maiores centros produtores? Não se pode esquecer que ao lado desses homens considerados perniciosos aos interesses do Estado, o enquadramento dos escravos e dos índios, constituía em problema essencial nos projetos de reajustamentos promovidos pela Coroa portuguesa. Questões importantes que estarão na base do ordenamento da sociedade “como fundamento da boa ordem baseada na natural e necessária desigualdade entre os homens”¹⁸. Desse modo, o conhecimento sobre o território da capitania era condição *sine-qua-non* para as medidas intervencionistas. A incessante correspondência mantida entre os ministros da Coroa

portuguesa e os governadores da capitania com informações sobre população, estradas, regimentos de linha e milícias, áreas produtivas, comércio, entre outros dados, expressa o desejo de devassamento do território com vistas à implementação de medidas intervencionistas nem sempre bem-sucedidas.

De fato, como uma zona de povoamento antigo a Bahia, ao longo do tempo, desenvolveu uma ampla rede de sustentação da economia colonial resultando numa estrutura socioeconômica extremamente complexa. A concentração da produção econômica voltada para a exportação foi dilatada com a implantação das lavouras de algodão, pelas imensas fazendas de criação de gado, além da exploração do ouro proveniente das minas descobertas em Jacobina e Rio de Contas no início do século XVIII¹⁹. Ao lado disso, a circulação interna de mercadorias e a diversidade dos produtos explorados exigiam dos agentes metropolitanos intensas intervenções necessárias ao controle das populações e ordenamento dos espaços territoriais. Com efeito, diante da retração da produção aurífera e da crise na pecuária sertaneja, a produção e o comércio de algodão, em fins do XVIII, constituíram-se nas mais promissoras alternativas econômicas para os habitantes daquela localidade. Contudo, a duração dessas atividades também foi transitória e no início do século seguinte essas áreas enfrentavam uma grave crise econômica. Como o aprofundamento dessa crise e o processo de consolidação do Estado imperial incidiu na percepção que os habitantes de Rio de Contas e de Caetité possuíam sobre as alterações políticas no decorrer da consolidação do Estado Imperial é uma das questões a ser investigada pela pesquisa. Parte-se do pressuposto que a despeito das noções de isolamento e resistência dos sertanejos à presença do Estado, as vilas do Alto Sertão da Bahia foram palcos de importantes discussões e embates políticos que não raras vezes confluíram para o uso da violência e de lutas entre famílias tradicionais a exemplo dos Moura, Castro e Canguçu. Questões que, todavia, sem desconsiderar as suas especificidades, se inserem no complexo processo de estruturação do Estado Imperial e seus mecanismos de articulação política e de adesão na província da Bahia da qual as áreas sertanejas constituem parte fundamental. A presente comunicação aponta os encaminhamentos propostos para a análise do tema a partir dos resultados obtidos em pesquisas anteriores acerca da dinâmica política do Oitocentos em território baiano.

¹ Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Pesquisadora do Museu Pedagógico da UESB. Autora do livro: *A Conquista do Sertão da Ressaca*. Vitória da Conquista. Ed. UESB, 2001. E-mail: mariacida3@yahoo.com.br. A comunicação integra o projeto de pesquisa desenvolvido em conjunto com o professor Argemiro Ribeiro de Souza Filho (Fainor). E-mail: arsouzafilho@gmail.com.

² JANCÓS, István. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003 e _____; PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo: Senac, 2000, p. 127-175; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem / Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. A formação do Estado Imperial. 3. ed. Rio de Janeiro: Access Editora, 1994.

³ DOLHNIKOFF, Mírian. *O pacto Imperial*. Origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

⁴ Alguns estudos recentes têm procurado dar conta dessa dinâmica política na Bahia: ARAS, Lina Maria Brandão de. *A Santa Federação Imperial: Bahia, 1831-1833*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1995 (Tese de Doutorado); WISIAK, Thomas. *A ‘Nação partida ao meio’: tendências políticas na Bahia na crise do Império luso-brasileiro*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2001 (Dissertação de Mestrado); SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de. *A guerra de Independência na Bahia: manifestações políticas e violência na formação do Estado Nacional (Rio de Contas e Caetité)*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2003 (Dissertação de Mestrado); COELHO, Hilton Barros. “Autoridades” e “Anarchistas” no “Império da desordem”: conflitos e reconfigurações do poder dominante na Bahia da guerra à consolidação da Independência. Salvador: UFBA, 2003 (Dissertação de Mestrado); Sérgio Armando Diniz Guerra Filho. *O povo e a guerra*. Participação das camadas populares nas lutas pela Independência da Bahia. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

⁵ AMARAL, Braz H. do. *História da Independência na Bahia*. Salvador: Progresso, 1957; TAVARES, Luiz Henrique Dias. *Independência do Brasil na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2005; SOUSA, Maria Aparecida Silva de. *Bahia: de capitania a província, 1808-1823*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008; SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de. *Sociabilidade política entre a Bahia e o Rio de Janeiro na dissolução do Antigo Regime português na América (1822-1823)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010 (Tese de Doutorado).

⁶ ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *O tutu da Bahia*. Transição conservadora e formação da nação, 1838-1850. Salvador: Edufba, 2009.

⁷ SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro. *A Guerra de Independência na Bahia: manifestações políticas e violência na formação do Estado Nacional (Rio de Contas e Caetité)*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2003.

⁸ *Registro de correspondência expedida pelo Conselho Interino de Governo*, em 17 de dezembro de 1822. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Maço: 637-2.

⁹ *Presidência da Província – Registro de correspondência expedida*, em 25 de dezembro de 1822. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Maço: 1618. Citado por Argemiro Ribeiro, op. cit., p. 94. A informação sobre a ordem para aprisionar os membros da Junta de Rio de Contas encontra-se na página 93 e passim.

¹⁰ *Correspondência do Conselho Interino de Governo ao ouvidor interino da comarca de Jacobina*. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Registro de Correspondência Expedida. Maço: 1620 (1823).

¹¹ AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995; ARAÚJO, Emanuel. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *Revisão do Paraíso: Os brasileiros e o Estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000; JESUS, Alysson Luiz Freitas de. O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no Norte de Minas Gerais – 1830-1888. *História e Perspectivas*, Uberlândia (35), p. 247-265, Jul.Dez. 2006.

¹² Apud FLEXOR, Maria Helena Ochi. “Criação da rede urbana na capitania da Bahia no século XVIII”. *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1715-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2001, p. 65

¹³ *Ofício do Governador d. Fernando José de Portugal para d. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual se refere à prisão de um grupo de facínoras*. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1916, v. 36, p. 145.

¹⁴ Análise recente sobre o Senado da Câmara da Bahia no Setecentos pode ser encontrada em: SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade e atividades econômicas* (Bahia, século XVIII). São Paulo, 2003 (Tese de doutorado).

¹⁵ SOUSA, Maria Aparecida Silva de. *A Conquista do Sertão da Ressaca*. Vitória da Conquista: Ed. UESB, 2001 e *O senado da Câmara de Caetité: apontamentos para o estudo da história política dos sertões baianos*. Comunicação apresentada no Seminário Formação do Estado Nacional Brasileiro, Salvador: Cedec; Fundação Clemente Mariani, 2002 (Texto mimeog.); SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de, 2003, op. Cit.

¹⁶ VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Itapuã, 1969.

¹⁷ LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p. 175.

¹⁸ JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo G., op. Cit., p. 141

¹⁹ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil*. Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX. Salvador: EDUFBA; UEFS, 2005 e *Uma comunidade sertaneja*. Da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local). Salvador: Edufba; Feira de Santana: UEFS, 1998; VASCONCELOS, Albertina Lima. *Ouro: conquistas, tensões, poder*. Mineração e escravidão – Bahia do século XVIII. São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, 2003 (Dissertação de Mestrado).